



Relatório Azul 1999 / 2000

3000000000



“Só haverá paz estável, uma paz que não tenha por alternativa a guerra, quando houver cidadãos não apenas neste ou naquele Estado, mas no mundo organizado em um sistema jurídico democrático.”

Norberto Bobbio



Relatório Azul 1999 / 2000



De olho nos acontecimentos

Em que pese o descaso do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas de garantia dos Direitos Humanos, as instituições e organizações não-governamentais, cada vez mais estruturadas, fiscalizam, tencionam e produzem relatórios, como forma de pressão.

Continuamos a figurar como destaque no cenário internacional com a violação de direitos individuais e coletivos e pelo fracasso do país na efetivação do estado de Justiça. Assim como a legislação nacional, os pactos e convenções internacionais são objetos distantes e desconhecidos pela maior parte dos brasileiros, relegados à exclusão. As boas intenções manifestadas pelo governo federal não conseguem ultrapassar as fronteiras das Febens, das instituições carcerárias, das corporações policiais, nem sensibilizar a Justiça.

Frente a esta situação, a sociedade civil organiza-se, protesta, assume o papel do Estado e, muitas vezes em forma de caravanas, enfrenta e define alternativas para soerguer a vida, que no Brasil, se dá “ao nível do chão”.

As instituições de Direitos Humanos

A mais antiga das Comissões

Pioneira no país, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, comemorou 20 anos de atividades no dia 31 de março de 2000. O seqüestro dos militantes uruguaios Universindo Dias e Lilian Celiberti impulsionaram a criação da CCDH. Na época, o Parlamento gaúcho instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o envolvimento do governo uruguaio com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) que, além de seqüestrar os dois ativistas e as crianças que o acompanhavam, entregou os militantes a torturadores do país vizinho.

A atual Comissão de Cidadania e Direitos Humanos iniciou suas atividades com a denominação de Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor. Ao todo seis presidentes conduziram os trabalhos da Comissão durante seus 20 anos de história.

- 1º Presidente – deputado Antenor Ferrari (MDB) – 1980 a 1982
- 2º Presidente – deputado Ivo Sartori (PMDB) - 1983 a 1986
- 3º Presidente – deputado Mário Madureira (PMDB) – 1987 a 1990
- 4º Presidente – deputado Antônio Mrangon (PT) – 1991 a 1992
- 5º Presidente – deputado Marcos Rolim (PT) 1993 a 1998
- 6ª Presidenta – deputada Maria do Rosário (PT) 1999 a 2000

Para marcar as duas décadas de luta do Parlamento gaúcho pelos Direitos Humanos, durante a comemoração dos 20 anos de atuação da CCDH, a presidenta da Comissão, deputada Maria do Rosário, lançou o "Caderno da Cidadania", livro de bolso que esclarece direitos e informa como denunciar violações. O caderno apresenta o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 5º da Constituição Federal, que trata das garantias individuais dos cidadãos brasileiros. Ao todo são abordados 17 temas: crianças e adolescentes, assistência social, consumidores, educação, homossexualismo, pessoas portadoras de deficiência e pessoas portadores de sofrimento psíquico, meio ambiente sustentável, moradia, mulheres, povos indígenas, apenados, racismo, saúde, trabalhadores e terra. Em cada um dos temas, as informações estão distribuídas em três tópicos, com aspectos gerais, locais para orientação e/ou denúncia, além de recomendações de entidades que prestam assistência jurídica.

O Caderno da Cidadania também reuniu orientações sobre o encaminhamento de documentação pessoal, além de endereços e telefones de diversas instituições, organismos públicos e organizações não-governamentais. Com uma tiragem de 5 mil exemplares do documento é distribuído gratuitamente pela CCDH.

Juízes gaúchos distribuem cartilhas

Desembargadores e juízes gaúchos ligados à Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris) realizaram, em 1999, a distribuição de cartilhas informando sobre os direitos previstos na Constituição. O "Passe Livre do Cidadão", como foi chamado, possui tiragem de 700 mil exemplares para distribuição em todo o Estado. A iniciativa contou com o apoio da Polícia Militar, que fará a distribuição nas cidades do interior. Além dos direitos do cidadão diante dos mais variados casos, a publicação informa também o nome e o telefone de órgãos e instituições que podem ser acionados em caso de violação de direitos.

Primeira Caravana Nacional de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) realizou, em 1999, a "Primeira Caravana Nacional de Direitos Humanos - Uma amostra da realidade manicomial brasileira". A caravana integra o projeto "Caravanas Nacionais de Direitos Humanos", que tem como objetivo estar presente nos locais onde as violações mais comuns aos Direitos Humanos são praticadas. O relatório, resultante do trabalho de 12 dias, oferece uma amostra da realidade manicomial brasileira, em sete estados: Goiás, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Apresenta uma situação que indica a permanência de um modelo anacrônico de atenção à saúde mental no país. Após as visitas, a CDH apresentou uma lista de recomendações ao Ministério da Saúde. (Outras informações sobre o tema podem ser conferidas no capítulo Saúde Mental, deste "Relatório Azul").

Porto Alegre na promoção dos Direitos Humanos

A CCDH recebeu o relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Prefeitura de Porto Alegre, em 1999. Criada em março de 1997, a CDHC representou um avanço do ponto de vista político e institucional na luta pelos Direitos Humanos. A seguir, transcrevemos alguns dos projetos implementados pela Coordenação.

Núcleos Regionais - criação de oito Núcleos Regionais de Direitos Humanos que reúnem a sociedade civil, organizações não-governamentais e o poder público, localizados nos Centros Administrativos Regionais da Prefei-





tura, desde 1999, têm como objetivo a divulgação, promoção e defesa dos direitos junto às comunidades. Estes Núcleos são coordenados pelos Agentes de Direitos Humanos, com apoio da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC).

Curso de Agentes - II Curso de Agentes, com a participação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Grande do Sul (UFRGS), da Associação dos Juizes do Estado do RS (AJURIS), da Anistia Internacional, além de professores voluntários. Os 176 Agentes, oriundos das 16 regiões do Orçamento Participativo, têm como meta a garantia da descentralização, da fiscalização, da orientação, da criação de redes de apoio e da articulação de políticas públicas anti-discriminatórias.

Oficinas - além da divulgação, têm como objetivo sensibilizar as pessoas para a relevância dos Direitos Humanos na vida cotidiana. Cada oficina tem a duração média de 2 horas e no ano de 1999 atingiu-se um público de 1.547 pessoas de diferentes segmentos sociais e regiões da cidade.

II Conferência Municipal de Direitos Humanos - realizada de 9 a 11 de junho no Auditório Araújo Viana, reuniu 1.750 inscritos. O encontro promoveu o debate de aproximadamente 400 propostas de diretrizes e políticas públicas apresentadas nas 18 pré-conferências realizadas na Capital. A Carta dos Índios de Porto Alegre, a criação de um Centro de Referência Afro-Brasileiro e a adequação da cidade às pessoas portadoras de deficiências são algumas das proposições que integrarão o Plano Municipal de Direitos Humanos.

RS cria Comissão na Procuradoria-Geral do Estado

A Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (CDH/PGE-RS), composta por oito procuradores, foi criada em março de 1999. Iniciativa pioneira, sua proposta é a atuação preventiva e corretiva, formulando políticas de interesse social, no que se refere aos Direitos Humanos, acompanhando os litígios entre o Estado e o cidadão e evitando o abuso de poder das autoridades constituídas. Entre outras atividades, a Comissão já desenvolveu o levantamento, pela Procuradoria do Interior referente às ações de indenização por dano moral interpostas contra o Estado, envolvendo a Polícia Civil, à Brigada Militar e a Susepe, ajuizadas no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

A quantificação do dano moral, por ser um ponto fundamental que tem surgido com frequência, está sendo objeto de estudo no sentido de buscar critérios lógicos mais uniformes. Outro tema em análise são os mandados de prisão não recolhidos, que não raro redundam em prisões injustas, ulteriores à prescrição da pretensão punitiva, objetivando evitar ações indenizatórias contra o Estado e preservar a liberdade como um dos mais elementares Direitos Humanos.

A questão dos agrotóxicos também tem preocupado a Comissão, visto que sua existência em grandes quantidades no Estado, mal armazenados e aplicados sem critério, geram doenças e repercutem, inclusive, na problemática dos hospitais e da saúde pública.

O país em movimento

I Encontro Legislativo sobre Direitos Humanos no RS

A CCDH promoveu, no dia 13 de agosto de 1999, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, o I Encontro Legislativo sobre Direitos Humanos no Rio Grande do Sul com o objetivo de atuar em conjunto

com parlamentares municipais, estaduais e federais, constituindo uma rede de garantias dos Direitos Humanos de toda a comunidade.

O evento, que reuniu mais de 60 vereadores, representando 40 municípios gaúchos, contou com o painel “O Papel do Parlamentar na Garantia da Cidadania e dos Direitos Humanos – Uma Ação Articulada entre Municípios, Estados e União”, proferido pelo deputado federal Marcos Rolim (PT), com o relato de experiência e, à tarde, com o debate em grupos temáticos: mulheres, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, criminalidade, portadores do HIV/AIDS, portadores de sofrimento psíquico e questões raciais.

Entre as decisões do encontro estão a implementação do Plano Estadual de Direitos Humanos, o apoio a organização de comissões de Direitos Humanos em todos os municípios do Estado, a organização de uma Rede Parlamentar pelos Direitos Humanos e Cidadania, a realização de Conferências Municipais de Direitos Humanos e a defesa de políticas públicas de direitos para mulheres, crianças e adolescentes, pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência em geral.

5ª Conferência Nacional cria rede contra a tortura

A Rede Brasileira Contra Tortura¹ foi lançada, durante a reunião do grupo temático “Tortura e Maus Tratos”, da 5ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em março de 2000, em Brasília. A Rede integra cidadãos, organizações não-governamentais e instituições comprometidas com a erradicação da prática da tortura no Brasil. Seu objetivo é divulgar os instrumentos legais que proíbem e criminalizam esta conduta, receber denúncias e encaminhá-las às autoridades competentes, além de recomendar políticas e ações voltadas ao combate da tortura. As experiências exitosas no combate à tortura integrarão um banco de dados ligado à rede o qual todos os interessados poderão acessar.

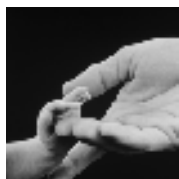
CDH apresenta relatório de atividades

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados lançou seu relatório de atividades, com um resumo do trabalho desenvolvido e dos casos atendidos no período de fevereiro de 1999 a fevereiro de 2000, sob a presidência do deputado federal, Nilmário Miranda (PT/MG). Neste período, a Comissão Federal acompanhou 334 casos, distribuídos em seis temas: violência urbana, 168 casos; violência no campo, 24 casos; violência contra grupos vulneráveis, 16 casos; violência contra crianças e adolescentes, 10 casos; direitos individuais e coletivos, 94 casos; e campanhas de solidariedade internacional, 22 casos.

Cartilha apresenta propostas para municípios

A Comissão de Direitos Humanos (CDH), da Câmara dos Deputados, entendendo o período eleitoral de 2000 como um momento de construção de novas políticas públicas no âmbito municipal, lançou a sua contribuição ao debate com a cartilha “Cidades e Direitos Humanos – Propostas de Direitos Humanos e Cidadania para os Municípios”.

¹ Os contatos para o ingresso na Rede podem ser feitos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, pelo fone (61) 318-8285 ou na Dhnet - Rede de Telemática Direitos Humanos & Cultura, pela Internet (<http://www.dhnet.org.br>).





pios". O documento, elaborado pela CDH, contém sugestões de ações governamentais e de compromissos viáveis de serem assumidos durante o processo de campanha eleitoral. A cartilha se dirige a todos os interessados em construir uma administração municipal com a marca do efetivo respeito aos Direitos Humanos, independente de preferências partidárias ou inclinações ideológicas. Os interessados estão autorizados a reproduzir no todo ou em partes as idéias expostas no documento, defendê-las, registrá-las em seus programas e, principalmente, executá-las. As propostas apresentadas na cartilha estão organizadas em nove temas: criança e adolescente; participação política; segurança pública e combate à violência; sistema penitenciário; educação formal e não-formal; combate à discriminação por gênero, etnia ou orientação sexual; direitos das pessoas portadoras de deficiência; direitos dos portadoras de sofrimento psíquico e direito dos idosos.

A democracia em debate

Nos dias 13 e 14 de setembro de 1999, foi realizado em Porto Alegre o seminário "Direitos Humanos e Cidadania: a Democracia em Debate", uma promoção do British Council que iniciou em Brasília e percorreu o país. O encontro contou com a presença de parlamentares, professores e jornalistas britânicos, além de convidados brasileiros e latino-americanos, e teve como objetivo a troca de experiências entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Entre os painéis realizados na capital, foi destacado o de "Padrões de Conduta na Vida Pública", que contou com a participação do secretário de Desenvolvimento do País de Gales, Rhodri Morgan; John McGregor, membro do comitê responsável pelo exame do nível de conduta na vida pública da Grã-Bretanha; a apresentadora de TV da Escócia, Leslie Riddoch; a deputada uruguaia, Daisy Touné e o advogado e professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Jarbas Lima.

2ª Conferência Estadual do RS

A 2ª Conferência Estadual de Direitos Humanos (CEDH), que será realizada nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2000, em Porto Alegre, no auditório da Assembleia Legislativa, um encontro de cidadãos e cidadãs gaúchos para avaliar as garantias e violações dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, a fim de construir um Plano Estadual de Direitos Humanos. A 2ª CEDH busca promover uma discussão ampla e articulada entre os vários segmentos da sociedade organizada, entidades governamentais e não-governamentais para a efetiva implementação dos Direitos Humanos no Estado.

A 2ª Conferência acontece, prioritariamente em três níveis: municipal, regional e estadual. Nos âmbitos municipais e regionais, entidades como Conselho de Direitos, prefeituras, câmaras municipais, organizações não-governamentais, grêmios estudantis, sindicatos, associações comunitárias, entre outros, organizam-se para a realização do evento. Qualquer uma destas entidades pode tomar a iniciativa para que a Conferência Municipal aconteça. Nela, além de se avaliar a situação dos Direitos Humanos em nível local e propor políticas para aplicação na cidade ou na região, também serão eleitos delegados e formuladas propostas a serem levadas para a Conferência Estadual. No âmbito estadual, os delegados, eleitos nos municípios, compartilham suas avaliações e propostas, tirando resoluções para a construção do Plano Estadual de Direitos Humanos.

Esta lógica impõe que a Conferência Estadual seja vista como parte de um processo, que inicia nos municípios, fazendo com que as Conferências Municipais sejam o ponto de partida para o compromisso, de toda a sociedade, de afirmação de políticas voltadas aos Direitos Humanos.

O ano 2000 foi definido, por proposição da Unesco, como o ano internacional para uma cultura de paz. Como desdobramento desta idéia, foi criada uma campanha internacional "Por uma Cultura de Paz e Não-violência", tema que foi escolhido para pautar a 2ª CEDH.

As Conferências Municipais e/ou regionais deverão estruturar seus grupos temáticos, levando em conta a realidade local. Posteriormente o Grupo de Trabalho da 2ª CEDH fará a sistematização e incorporará as propostas, vindas desses fóruns, nos seguintes eixos:

1. Segurança Pública e Criminalidade
2. Acesso à Justiça e Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos
3. Instituições Totais (presídios, Febem, manicômios, etc.)
4. Exclusão social e discriminação
5. Mídia e Direitos Humanos
6. Políticas de divulgação e formação em Direitos Humanos
7. Meio Ambiente Saudável

Critérios para participação

O primeiro passo é formar um grupo de trabalho na cidade para organizar a Conferência Municipal, que venha a envolver todos os cidadãos e cidadãs, bem como entidades comprometidas com a luta contra a discriminação, o preconceito e os maus tratos. Nessas Conferências serão indicados os delegados para participarem da 2ª Conferência Estadual, na proporção de um delegado para cada cinco participantes, credenciados nas Conferências Municipais e ou Regionais. Cabe destacar que as Conferências Regionais deverão garantir a representação mínima de um (01) delegado para cada município com participação nas plenárias regionais para a 2ª CEDH. Essa representação deverá ser garantida mesmo que o município participante não tenha realizado sua conferência municipal.

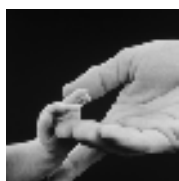
Toda entidade não-governamental poderá também indicar delegados à 2ª CEDH, conforme o número de associados, seguindo a proporção da tabela, a seguir: se um sindicato conta com 90 associados, ele poderá indicar três delegados à Conferência Estadual.

Quadro das proporções de delegados

Representados	Delegados
Até 20	01
De 21 a 50	02
De 51 a 100	03
De 101 a 500	04
De 501 a 5000	05
De 5001 a 10000	06
De 10001 a 15000	07
De 15001 a 20000	08
De 20001 a 25000	09
A partir de 25001	10

Fonte: Conselho de Cidadãos e Direitos Humanos (CCDDH) da AL/RS.

Além destes, cada Conselho de Direitos poderá enviar 01 delegado à 2ª CEDH e, ainda, um (01) delegado credenciado por cada um dos órgãos estadual e/ou federal. Mesmo não sendo delegado, qualquer cidadão ou cidadã poderá participar da Conferência, na forma de observador, tendo direito a voz, sem poder de voto.



Promotores

CCDH da Assembléia Legislativa do RS; Secretaria Geral de Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através das Secretarias de Estado da Justiça e da Segurança; do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e da Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris); Associação do Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção RS (OAB/RS); Anistia Internacional (AI); Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) – Região Sul II ; Comitê Gaúcho pela Paz; Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre.

Apoiadores

Federação Israelita do Rio Grande do Sul; Associação Brasil Soka Gakai; Federação dos Consepros do Rio Grande do Sul; Procuradoria da República; Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; Unesco e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho.

Movimento de Direitos Humanos entrega carta ao governador

No dia 03 de janeiro de 2000, representantes Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), estiveram reunidos com o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, para entrega do documento "Por Uma Agenda Estadual de Direitos Humanos". Apresentando um panorama nacional e internacional da luta pela garantia dos Direitos Humanos, o documento apresenta especial destaque para o Rio Grande do Sul, onde pede a participação do Estado na construção de um Programa Estadual de Direitos Humanos. Entre os presentes, estava o ex-membro da coordenação nacional do MNDH e vice-presidente da CCDH, deputado estadual Roque Grazziotin (PT).

"No Rio Grande do Sul há uma efetiva mobilização social em torno dos Direitos Humanos, manifesta nas Conferências Estaduais, particularmente na que ultimamente foi realizada, em setembro de 1998, formada por delegados escolhidos em 20 Conferências Municipais ou Regionais que mobilizaram ampla participação de diversas organizações da sociedade civil e mais de seis mil pessoas. Por sua deliberação, foi constituído grupo de trabalho para apresentar uma proposta de Plano Estadual de Direitos Humanos.(...)

A Agenda Estadual de Direitos Humanos deverá resultar do esforço do Governo e da Sociedade Civil organizada na construção de um processo que defina claramente compromissos na perspectiva da construção de programas de ação que visem a garantia dos Direitos Humanos dos gaúchos e gaúchas. A sociedade já sinalizou esta necessidade e espera que o governo também implemente este compromisso.(...)

O ponto central desta agenda é a construção do Plano/Programa Estadual de Direitos Humanos, como um compromisso de ação do governo em conjunto com a sociedade, dotado dos mecanismos jurídico-administrativos capazes de efetivá-lo, entre eles, o principal, em nosso entendimento, está a constituição do Conselho Estadual de Direitos Humanos, como órgão deliberativo da política de Direitos Humanos, formado por representação paritária entre representantes da sociedade civil e do governo. O horizonte do conteúdo do Plano foi traçado pela Primeira Conferência Estadual de Direitos Humanos, coordenada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembléia Legislativa. Consolidar o processo de sua transformação em proposta de Plano, a ser amplamente discutido e assumido, é o desafio central.(...)

O Grupo de Trabalho constituído pela I Conferência está construindo uma proposta de Plano Estadual que, por deliberação da própria Conferência, será submetido à apreciação da II Conferência e apresentada ao Governo. Neste contexto, espera-se do Governo



o reconhecimento dos debates já realizados e o produto deste trabalho. Como compromisso para a garantia de sua continuidade, espera-se do governo a criação de condições para que efetivamente, a partir dele, possa ser promulgado um Plano Estadual de Direitos Humanos. Promover um amplo debate sobre a proposta oriunda deste Grupo de Trabalho com o objetivo de aprimorá-la e de legitimá-la é o desafio central. Para este processo, a sociedade civil é sujeito e parceiro fundamental.(...)”

Relatórios denunciam violações

Audiência analisa implantação do Pidesc

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), adotado pelas Nações Unidas em 1966, expandiu o elenco de direitos econômicos, sociais e culturais que constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Em função da “IV Conferência Nacional dos Direitos Humanos”, que deliberou pela realização de reuniões, em cada Estado, para o estudo da implementação dos itens que constam no Pidesc, a CCDH realizou Audiência Pública, no dia 17 de novembro de 1999. A discussão contou com a presença de 14 entidades não-governamentais e instituições públicas, comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos no Estado.

A presidenta da CCDH enfatizou que estes encontros deverão resultar em um documento a ser apresentado à Organização das Nações Unidas (ONU), pois, apesar do Brasil ser signatário de inúmeras convenções e pactos internacionais, não tem apresentado os relatórios periódicos de avaliação do grau de implementação de cada um dos compromissos assumidos.

Os representantes das entidades manifestaram aspectos relevantes a serem analisados no relatório, como a situação das crianças e adolescentes, a situação da Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem), a questão racial, a epidemia do HIV/Aids, os povos indígenas, etc.

Foi lembrado, também, que o “Relatório Azul” 98/99, nas páginas 451, 452 e 453, no capítulo “Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos”, apresentou a situação brasileira em relação aos compromissos estabelecidos. O documento comprova que o Brasil, mesmo sendo signatário de diversos Pactos e Convenções Internacionais de Direitos Humanos, não tem por hábito a apresentação das prestações de contas estipuladas nos mesmos.

Comissão entrega relatório à ONU

A Comissão dos Direitos Humanos (CDH), da Câmara dos Deputados, e a Procuradoria dos Direitos do Cidadão entregaram, no dia 27 de abril de 2000, à Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, um relatório denunciando violações dos direitos econômicos, sociais e culturais no Brasil. O relatório, de 150 páginas, é resultado de uma compilação de dados oficiais e de consultas a dois mil representantes da sociedade civil. O documento, também chamado de “Relatório Sombra”², aborda 16 temas, entre eles, trabalho e sindicalização, descanso e lazer, povos indígenas e minorias, situação agrária, saúde, alimentação e moradia. (Este tema também é abordado no capítulo Sistema Internacional de Proteção do “Relatório Azul”)

² “Relatório Sombra” por que normalmente acompanha o relatório oficial confeccionado pelo governo.



Relatório analisa situação dos Direitos Humanos no RS



O trabalho da CCDH, em especial o “Relatório Azul”, e as políticas públicas adotadas no Estado na promoção dos Direitos Humanos foram destaque no capítulo “Rio Grande do Sul” do Primeiro Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil, elaborado pelo Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP). Transcrevemos, a seguir, parte do Relatório, publicado em 1999:

“O Rio Grande do Sul tem uma população de 9.634.688 habitantes, sendo que 7.579.977 habitantes (78,7% da população) residem áreas urbanas e 2.054.711 habitantes (21,2%) residem em áreas rurais. Em 1996, o Rio Grande do Sul era o Estado com o mais alto índice de desenvolvimento humano no Brasil (0.869). O Índice de Desenvolvimento Humano do Rio Grande do Sul cresceu em média 0,5% ao ano, de 1991 a 1995, e 0,7%, de 1995 a 1996. O produto interno bruto per capita, ajustado ao poder de compra local, era de US\$6.446. A distribuição da riqueza é desigual. Os 10% mais ricos têm 43,13% da renda, enquanto os 40% mais pobres têm 9,63%.

A taxa de alfabetização de adultos é de 92,8%. Mas 21,4% da população adulta têm menos de quatro anos de estudo e apenas 8,5% da população adulta têm 12 anos ou mais de estudo.

A taxa de mortalidade infantil é de 22 por 1.000 habitantes, a mais baixa de todos os estados brasileiros. A taxa de mortalidade por homicídio, apesar de estar abaixo da taxa brasileira, ainda é alta comparativamente às taxas dos países democráticos: 15,22 por 100.000 habitantes no estado e 24,19 por 100.000 habitantes na região metropolitana de Porto Alegre. Ao contrário da tendência nacional, a taxa de mortalidade por homicídio diminui no estado e na região metropolitana de Porto Alegre, desde 1991, quando era de 18,44 e 25,26 por 100.000 habitantes respectivamente.

O governo estadual enfatiza a importância de parcerias entre o Estado e a sociedade civil e de políticas públicas voltadas para a consolidação da democracia. Desde o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996, o governo adotou diversas medidas voltadas para a proteção dos Direitos Humanos e para a promoção de uma cultura de Direitos Humanos no Estado. Em 1998, o governo do Estado constituiu uma equipe técnica para preparar relatórios anuais e trimestrais sobre a situação dos Direitos Humanos no estado junto à Secretaria da Justiça e da Segurança.

A Assembleia Legislativa tem uma Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) que publica anualmente o ‘Relatório Azul – Garantias e Violações de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul’. A CCDH e o governo estadual realizaram a 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, nos dias 11 a 13 de setembro de 1998, com discussão de propostas para o 1º Plano Estadual de Direitos Humanos. De 15 a 17 de maio de 1998, a 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos aconteceu em Porto Alegre, a prefeitura da Capital tem uma Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania e a Câmara Municipal de Porto Alegre tem uma comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos.

No Rio Grande do Sul, os direitos políticos e civis são geralmente assegurados, mas ainda há casos graves de violência policial, especialmente contra manifestantes em demonstrações públicas e contra pessoas suspeitas ou condenadas por crimes comuns. Não há informações disponíveis sobre o número de pessoas mortas ou feridas em virtude de violência policial no Estado, mas o comandante da Brigada Militar informou que foram abertos 924 inquéritos policiais militares e 218 sindicâncias e que 76 policiais militares foram afastados da polícia em 1996. A CCDH acompanhou 179 casos envolvendo denúncias de violência policial ou abuso de autoridade praticado por policiais (104 policiais militares e 75 policiais civis) em 1997.(...)

A Brigada Militar é responsável tanto pelo policiamento ostensivo na manutenção da ordem pública como pela segurança externa e interna das instituições do sistema penitenciário, sob controle da Secretaria da Justiça e da Segurança, e das instituições de internação de adolescentes em conflito com a lei, sob controle da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) e da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS).

No Rio Grande do Sul não há presos condenados em delegacias. Mas, no sistema penitenciário, há inúmeros casos de conflitos entre presos e agentes penitenciários, além de denúncias de violência entre presos e entre estes e agentes penitenciários. Os agentes penitenciários e policiais militares trabalhando nos presídios, segundo a CCDH, são mal remunerados e, ao contrário das normais internacionais, têm autorização para utilizar armas de fogo dentro dos presídios.

Na Febem do Rio Grande do Sul houve nove rebeliões em 1997. No dia 04 de setembro, por determinação do governo estadual, a Brigada Militar assumiu o controle administrativo e operacional do Instituto Central de Menores ; com objetivo de evitar fugas e rebeliões. A CCDH realizou audiências públicas , de 13 a 20 de agosto , para discussão de propostas para melhorar a situação da Programa de Atendimento a Adolescentes Autores de Ato Infracional da Febem e condenou a determinação do governo no 'Relatório Azul' 97.

O Rio Grande do Sul é dos três estados brasileiros, ao lado de Minas Gerais e São Paulo, que têm um Tribunal de Justiça Militar com competência para julgar, em segunda instância, os policiais militares.(...)

Apesar do alto índice de desenvolvimento humano no Estado, a taxa de desemprego na região metropolitana de Porto Alegre é elevada e aumentou de 14,2% da população economicamente ativa, em julho de 1997, para 15,5% em julho de 1998.(...)

A Constituição Estadual determina a demarcação das terras indígenas no Estado e o reassentamento de agricultores que estão ocupando estas terras. Das 27 terras indígenas no Estado, seis já estão registradas em cartório, uma foi homologada pelo Presidente da República, seis foram delimitadas, duas foram identificadas e 12 ainda aguardam identificação.

O governo do Estado está trabalhando com o governo federal na demarcação das terras indígenas e está desenvolvendo programa de educação indígena em 38 escolas, com 3.154 alunos, além de programa de alfabetização para adultos indígenas. Entretanto, a CCDH recebeu queixas sobre a lentidão na resolução de conflitos durante o processo de demarcação de terras indígenas e reassentamento de agricultores nas áreas de Serrinha, Monte Caseros, Ventara, São Valentim, Votoro e Iraí.

Um dos principais problemas que atinge as crianças e adolescentes é o abuso sexual. A quase totalidade dos municípios do Estado não tem serviço nem profissionais especializados no atendimento a vítimas de abuso sexual. Muitos Conselhos Tutelares têm sequer carro ou telefone, muito menos um psicólogo.(...)

Monitoramento dos Direitos Humanos

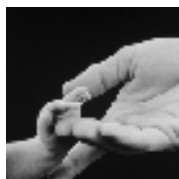
No Rio Grande do Sul, o respeito aos Direitos Humanos é monitorado por organizações estaduais e municipais e por organizações não governamentais. Papel importante tem sido desempenhado pela CCDH, que publica anualmente o 'Relatório Azul' .(...)

Iniciativas governamentais e parcerias com a sociedade civil para proteção e promoção dos Direitos Humanos

Como no Paraná e Santa Catarina, o governo do Rio Grande do Sul criou uma comissão de análise para apuração da responsabilidade do Estado e pagamento de indenização por danos físicos e psicológicos sofridos por pessoas detidas por motivos políticos, de acordo com a Lei nº 11.042, de 1997.(...)"

Relatório aponta violação no Brasil

O Relatório Anual da Human Rights Watch, organização internacional de Direitos Humanos, apresentado no dia 9 de dezembro de 1999, em Washington (EUA), aponta o fracasso das autoridades judiciais brasileiras em processar, de forma adequada, os casos de violação dos Direitos Humanos no país. O documento, de 517 páginas, avalia fatos em 68 países. No Brasil, foram citados o caso da absolvição de três policiais militares que comandaram, em abril de 1996, a operação que resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás; a revogação da condenação do policial envolvido no homicídio ocorrido na Favela Naval, em Diadema; o processo do massacre em Vigário Geral, no Rio de Janeiro; e a decisão de não pronunciar os policiais denunciados por triplo homicídio no incidente com os sem-teto na Fazenda de Juta, em São Paulo.





O Relatório faz também uma avaliação dos casos de violação dos Direitos Humanos no país, como torturas e execuções sumárias cometidas por policiais, violência rural e rebeliões nas prisões e centros de detenção para crianças e adolescentes.

A CPI do Narcotráfico, o trabalho da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (DF) e a atuação de outras organizações não-governamentais mereceram elogios.

Informe 2000 da Anistia Internacional

A Anistia Internacional lançou, no dia 14 de junho de 2000, o Informe 2000, com uma síntese da situação de violência em 144 países e afirma que o Brasil estagnou nas ações de combate a práticas de tortura, violência e criminalidade, principalmente naquelas que envolvem a ação policial. No relatório, o Brasil foi citado como um dos países que mais atentaram contra os Direitos Humanos, com destaque pelo tratamento "cruel e degradante" dispensado aos presos e pela violência e despreparo da polícia. O deputado cassado, Hildebrando Pascoal, acusado de envolvimento com o narcotráfico, é citado no relatório, como o dirigente de um esquadrão da morte no Acre. "(...) Os esquadrões da morte atuam com a participação ou conluio da polícia(...)".

Os conflitos de terra no Brasil também entram no anuário. A Anistia destacou casos de tortura e assassinatos cometidos pela Polícia Militar contra membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). "A polícia continua agindo com truculência. Poderíamos ter incluído outros casos. Mas, em 2.000 palavras, não seria possível descrever o leque de violência do Brasil", afirma a representante da Anistia no país, Fiona Macaulay.

Aqui ninguém dorme sossegado

O primeiro Relatório da Anistia Internacional, "Aqui Ninguém Dorme Sossegado – Violação dos Direitos Humanos contra Detentos", sobre a situação das penitenciárias brasileiras, divulgado no dia 23 de junho de 1999, aponta a tortura de presos como uma prática usual no Brasil. Com 78 páginas, o documento é resultado do trabalho de dois anos de pesquisa, em 33 penitenciárias do país, e contém depoimentos de presos e sugestões aos governos estaduais para humanizar os presídios.

Ao todo, são oito capítulos, que tratam das mortes sob custódia, tortura e maus-tratos, condições de detenção, um sistema penal em crise, inspeção, apresentação de denúncia e impunidade, mulheres e crianças e adolescentes. Transcrevemos a seguir, algumas das recomendações da Anistia Internacional, que foram publicadas no documento:

"Condenação oficial - As mais altas autoridades de cada país devem demonstrar total oposição à tortura e condená-la sempre que ocorrerem casos. Devem tornar bem claro aos integrantes das forças policiais, militares e outras forças de segurança que a tortura não será tolerada em hipótese alguma.

Acesso a presos - Os governos devem cuidar para que, após a prisão, todos os detentos sejam levados a comparecer, sem demora, perante uma autoridade judicial e que posteriormente seus familiares, advogados e médicos tenham acesso pronto e regular a eles. É essencial que haja, em todas as ocasiões, disponibilidade de soluções judiciais e eficientes para permitir que os presos, seus familiares e advogados possam, em caráter de urgência, garantir a segurança do preso e que familiares e advogados tenham condições de saber o local onde o preso está sendo mantido e a autoridade que o mantém.

Garantias durante a detenção - Todos os presos devem ser imediatamente informados sobre seus direitos, inclusive o direito de apresentar queixa sobre o tratamento que recebem. As autoridades responsáveis pela detenção não devem ser as mesmas

encarregadas do interrogatório. Os juízes devem ter o direito e o dever de supervisionar efetivamente a detenção dos presos. As visitas de inspeção a todos os locais de detenção devem ser regulares e independentes, feitas sem aviso prévio e sem restrições.

Investigação - Todas as denúncias e informes sobre tortura devem ser pronta, imparcial e efetivamente investigados por entidade independente dos supostos perpetrados. Os métodos e conclusões dessas investigações devem ser divulgados. Os agentes suspeitos de perpetração de tortura devem ser suspensos do serviço ativo durante as investigações. Os denunciante, testemunhas e familiares devem ser protegidos contra intimidação e represálias.

Ação penal - Os responsáveis pela tortura devem ser processados. Aplicar-se-á este princípio, estejam onde estiverem os responsáveis, onde quer que o crime tenha sido cometido, seja qual for a nacionalidade de perpetradores e vítimas ou o tempo decorrido desde a perpetração do crime.

Treinamento - Durante o treinamento de todos os agentes envolvidos na custódia, interrogatório ou assistência médica de presos deve-se deixar bem claro que a tortura é ato criminoso. Esses profissionais devem ser instruídos quanto ao direito e o dever que lhes cabe de recusar-se a cumprir qualquer ordem de tortura. A ordem de um superior jamais deve ser invocada para justificar a tortura.

Ratificação de tratados internacionais - Todos os governos devem ratificar tratados internacionais de Direitos Humanos que contenham garantias contra a tortura, inclusive a Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, com declarações que cubram denúncias individuais e interestatais. Os governos devem cumprir as recomendações das organizações intergovernamentais de prevenção da tortura."

ONG denuncia violações no Paraná

A organização não-governamental Centro de Justiça Global³ publicou o "Relatório Nacional sobre a Situação dos Direitos Humanos e a Reforma Agrária no Brasil"⁴. Nele constam dados sobre o meio rural no Brasil, a atual posição do governo federal em relação à reforma agrária, violações de Direitos Humanos no campo, violência no Paraná e o massacre de Eldorados dos Carajás. Publicamos a seguir, parte do documento que se refere ao Estado do Paraná:

"O Paraná tem sido um dos estados brasileiros com maior incidência de violações contra trabalhadores rurais. No dia 2 de maio de 2000, cerca de 1.500 trabalhadores rurais sem-terra foram fortemente reprimidos pela polícia, a caminho da cidade de Curitiba. Eles estavam em 50 ônibus, a 5km da cidade, quando foram barrados por policiais militares na BR-277. Os policiais obrigaram os sem-terra a saírem dos ônibus e deitarem na beira da estrada, apontando armas em direção a suas cabeças. Nesse momento, muitos sem-terra foram espancados por policiais. Aqueles que tentaram fugir ou se defender foram atingidos por bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e de chumbo. Os policiais atiraram bombas de gás lacrimogêneo até mesmo dentro dos ônibus, atingindo mulheres e crianças. Um grupo de cerca de 30 sem-terra foi perseguido pela polícia durante 2km. Eles acreditam que a polícia utilizou balas de chumbo durante a perseguição, ao mesmo tempo que eram atingidos por bombas de gás lacrimogêneo atiradas de helicópteros. Durante esse percurso, um rapaz teria sido baleado na cabeça e outro no abdômen. Eles continuam desaparecidos. Cerca de 180 sem-terra foram feridos durante a operação. Alguns feridos chegaram a ser ameaçados de morte por policiais militares dentro do hospital.

Durante a operação, o lavrador Antônio Tavares Pereira foi assassinado com um tiro no abdômen. O governo do Paraná reagiu imediatamente diante da morte de Antônio Tavares Pereira, concentrando seus esforços para convencer a opinião pública de que, primeiro, Antônio não era integrante do MST. A versão oficial, defendida pelo secretário de Segurança Pública do Paraná, José Tavares,

³ Dados disponíveis na página do Centro de Justiça global, na Internet (www.global.org.br).

⁴ Relatório elaborado pelo Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).





dizia que Antônio Pereira teria sido encontrado na BR-116 e não na BR -277, onde ocorreu o conflito. Ele garantiu também que o conflito teve início às 10:40 da manhã, e Antônio chegara ao hospital às 9:09. A versão oficial foi contestada pelo delegado Fauze Hussain, da Delegacia de Homicídios de Curitiba, que confirmou a versão do MST, de que o conflito teve início às 8:15 da manhã. Mesmo sabendo do equívoco, o secretário José Tavares insistiu na versão de que a morte não fora relacionada ao conflito com o MST. Pouco depois, o delegado que contestou a versão oficial foi afastado do comando das investigações.

Esse episódio é decorrência de uma política repressiva contra trabalhadores sem-terra, a qual tem se agravado principalmente no último ano. Em maio de 1999, a Secretaria de Segurança do Paraná iniciou uma série de despejos em acampamentos de famílias sem-terra. Nessa ocasião, o governo estadual acionou grupos de elite da Polícia Militar, como o setor Anti-Seqüestro, o Grupo Águia, os Grupos de Operações Especiais (GOE e COPE), que cercaram as regiões onde havia ocupações de famílias sem-terra. Esses setores da PM estão equipados com helicópteros, viaturas, cães treinados para ataque a multidões, policiais a paisana, indivíduos encapuzados ou sem tarja de identificação, ambulâncias, escopetas, fuzis, armas automáticas e lança bombas, assim como câmeras fotográficas e de vídeo."

Relatório do Brasil expõe tortura

O primeiro relatório oficial, enviado pelo governo brasileiro à Organização das Nações Unidas (ONU), em maio de 2000, descreve um cenário de violência praticada por policiais em delegacias, presídios, institutos de adolescentes e nas ruas do país. O documento, intitulado como "Primeiro Relatório Relativo à Implementação da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Brasil", com 143 páginas, foi entregue pelo Itamaraty durante a Convenção de Genebra, em abril de 1999. O Brasil aderiu à convenção da ONU em 1989 e deveria ter apresentado relatórios em 1990, 1994 e 1998.

No Relatório, o destaque ficou para a prática policial: "os maus-tratos são praticados para extrair informações e confissões forçadas ou ainda como forma de punição e, muitas vezes, como forma de extorsão econômica. Os casos de brutalidade policial dificilmente chegam ao conhecimento do público, porque geralmente as vítimas são de origem humilde, desconhecem seus direitos e temem por represálias, assim como as testemunhas. A polícia civil utiliza ainda métodos violentos, especialmente na investigação dos crimes contra a propriedade, persistindo em ignorar os parâmetros legais."

No documento, o governo brasileiro também reconhece que são limitados os resultados da aplicação da Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, que definiu, pela primeira vez no país, o crime de tortura.

Relatório dos EUA condena Brasil pela impunidade

O Relatório do Departamento de Estado dos EUA, sobre a situação dos Direitos Humanos em mais de 100 países, divulgado em fevereiro de 2000, aponta as execuções cometidas por policiais como um dos problemas mais graves do Brasil. O documento diz que "o fracasso do governo em investigar, processar e punir policiais que cometem esses atos (os assassinatos e torturas) cria um sentimento de impunidade que continua a encorajar os abusos aos Direitos Humanos". O relatório também faz críticas à existência da Justiça Militar, argumentando que os tribunais específicos contribuem para o clima de impunidade.

Entre os casos citados no relatório, está a absolvição do ex-policial militar Valdeir Rezenda, envolvido no massacre de 21 moradores da favela Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em 1993. Citando dados do governo de São Paulo, o documento afirma que as Polícias Civil e Militar do Estado mataram, juntas, 664 pessoas em 1999.

Relatório da OEA condena Brasil

O Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), divulgado em maio de 2000, considerou como massacre a morte dos 111 detentos na Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru. Embora o relatório da Comissão não apresente o julgamento oficial da OEA, sua redação faz uma condenação moral do caso.

A morte dos 111 presos ocorreu em 1992 e, até o momento, ninguém foi julgado. Divergências entre a Justiça comum e a Justiça Militar anularam parte do processo e adiaram por cerca de dois anos e meio o julgamento dos 115 policiais militares acusados pelos crimes, a expectativa é de que ocorra em 2002.

Brasil: desperdício de vidas

Este é o título dado pela Anistia Internacional ao seu relatório sobre a situação da Fundação de Bem-Estar do Menor (Febem), de São Paulo. O documento "Brasil: desperdício de vidas", publicado em julho de 2000, destaca a situação nas instituições paulistas como crise de Direitos Humanos e não como questão de segurança pública. Transcrevemos abaixo, partes do relatório enviado à CCDH.

"(...) Em setembro e outubro de 1999, a Febem atravessou a pior crise de sua história. Uma onda de rebeliões desencadeadas pela superlotação, quase cinco vezes superior à capacidade, somada à tortura e aos maus tratos, veio culminar, em 24 de outubro, na tomada de reféns e na agressão contra vários monitores, resultando na morte de quatro internos. (...)

O documento examina de perto a atual crise dos centros de internação juvenil de São Paulo e analisa o fracasso da Febem e do governo de São Paulo, no sentido de prever e impedir a crise a despeito das advertências sobre a ilegalidade e insustentabilidade do sistema. O relatório se ocupa dos dois principais centros de internação de adolescentes da capital paulista, Imigrantes e Tatuapé, onde teve início a crise, e dos presídios e novas unidades para as quais os adolescentes foram transferidos a partir de outubro de 1999. (...)"

Em sua conclusão, o relatório da Anistia Internacional observa "a espantosa recusa do governo de São Paulo em reconhecer que nas medidas de internação perduram os maus-tratos, a tortura e as condições cruéis, desumanas e humilhantes das quais decorre a crise atual e que a omissão quanto ao enfrentamento de tais questões está perpetuando uma sucessão de graves violações dos Direitos Humanos que afeta a vida de milhares de pessoas. (...)"

Transcrevemos abaixo, alguns dos casos descritos pelo relatório:

"O caso de L.S., 15 anos

se encontrava
naquela ala
devido aos
sofrimentos
que sofrera.

L.S. estava recolhido à ala reservada aos internos enfermos, no complexo de Imigrantes. Segundo o pessoal da instituição, ele havia torcido o tornozelo. Mas tanto L.S., quanto seu pai, afirmaram que ele se encontrava naquela ala devido aos ferimentos que sofrera ao ser espancado por alguns monitores. Na manhã de 8 de julho de 1998, ele se queixou de dor intensa, falta de ar e náusea, pedindo repetidamente aos funcionários que o ajudassem. Sem receber qualquer assistência, L.S. morreu na noite seguinte.



A primeira necrópcia conclui que o adolescente tivera morte natural e não mencionou as hematomas em seu corpo. Mas após a exumação, a necrópcia independente, realizada por quatro médico-legistas, determinou que o adolescente morreria por envenenamento com cocaína. Foi instaurado inquérito para examinar os erros da primeira necrópcia e também como e porque L.S. teve acesso à cocaína.

morreria por
envenenamento
com cocaína.



Inspeção no complexo de Imigrantes

foram
espancados e
continuaram
sentados ...

(...) A inspeção judicial do complexo de Imigrantes, realizada em 23 de agosto de 1999, por ordem do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude (DEIJ), ouviu queixas de cerca de 70 adolescentes, os quais alegaram ter sofrido espancamento depois que alguns adolescentes tentaram iniciar uma rebelião na noite de 21 de agosto. Vários apresentavam hematomas recentes. Uma inspeção posterior da ala encontrou um armário com bastões, canos, paus envoltos em toalhas e rolos de cobertas amarrados com cordão – objetos que, segundo foi informado, os monitores usavam para o espancamento. Os adolescentes relataram que eram obrigados a se deitar e os monitores passavam desferindo golpes e pontapés contra eles. M.S. foi atingido na cabeça por golpes de ferro e precisou levar seis pontos. F.B. relatou que ao perceber a agitação no dormitório vizinho, despira-se imediatamente e permanecera aguardando, sentado com as mãos na nuca – o que os adolescentes são instruídos a fazer em caso de distúrbio. Em seguida, ele e seus companheiros foram espancados e continuaram sentados, despidos e sem receber qualquer alimento, até as 19 horas do dia seguinte, quando receberam a ordem de tomar banho de chuveiro para atenuar os hematomas. Segundo R.Z., vários adolescentes eram obrigados a dormir no banheiro, onde havia um vazamento do cano de esgoto desde que um monitor arrancara a privada do chão para atirá-la contra alguns dos internos. R.C. relata que após o espancamento, fora ameaçado por um dos monitores para que não revelasse nada e, após a visita de inspeção, fora avisado de que o 'juiz vai embora, mas eu fico; e quando ele virar as costas eu vou quebrar vocês na paulada'. (...)

... despidos e
sem receber
qualquer
alimento.

Agenda nacional

O caso de A.O., 17 anos

você não vai
me ver mais.

Na última visita que fez a A.O., no complexo de Imigrantes, sua irmã o encontrou em prantos e extremamente assustado, pedindo-lhe que tentasse conseguir sua transferência para outra ala. Quando se despediram, A.O. disse: 'Se tiver uma nova rebelião, você não vai me ver mais.' A irmã de A.O. procurou imediatamente um assistente social, que lhe garantiu não haver motivo para preocupação. A.O. morreu pouco tempo depois.

A.O. era um epilético de família pobre que se viciara em drogas. Estava na Febem pela segunda vez. Acusado de roubo, fora posto em liberdade assistida por determinação judicial, mas se achava novamente sob internação, em caráter provisório, por ter sido apanhado pela polícia em companhia de um grupo de adolescentes que portavam uma arma. Já havia algum tempo que A.O. apresentava depressão grave e os defensores dos direitos da criança que acompanhavam o caso estavam preocupados com sua saúde física e mental, pois ele se recusava a comer. Devido a essa preocupação, os defensores solicitaram a antecipação da data da audiência de A.O., mas a solicitação não recebeu qualquer resposta. A.O. foi um dos quatro adolescentes torturados e mortos pelos companheiros a 25 de outubro de 1999. Na audiência marcada para dois dias depois, o juiz nem tinha sido informado da morte.(...)

torturado e
morto pelos
companheiros.

O caso de F.S., 17 anos

embora a
agressão tivesse
durado uma
hora ...

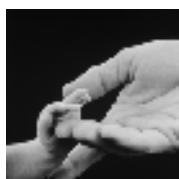
F.S. sofreu maus-tratos infligidos por monitores e policiais ao ser transferido de Tatuapé para Santo André. Ao relatar suas experiências perante os promotores de justiça, F.S. declarou também que não era aceito pelos outros adolescentes porque tentava cumprir as regras e obedecer aos monitores. Essa rejeição teve consequências terríveis. No dia 26 de novembro de 1999, F.S. foi violentado sexualmente por alguns dos companheiros de cela. Alegou ele que, embora a agressão tivesse durado uma hora, não houvera qualquer intervenção dos monitores. F.S., pai de uma criança, disse aos promotores de justiça que tinha dificuldade para encarar sua família após a violência sexual. Ele foi transferido para outra unidade e ia receber tratamento psiquiátrico, mas fugiu ao ser levado para o hospital, devido a uma hérnia. As autoridades só voltaram a ter notícias dele quando foi constatado que F.S. morrera a 23 de março de 2000, em consequência de ferimento na cabeça causado por um disparo de espingarda.(...)"

... não
houvera
qualquer
intervenção
dos monitores.

O Relatório recomendou que "o governo de São Paulo deve empreender um exame urgente e exaustivo de sua política de internação juvenil, levando em total consideração as graves violações dos Direitos Humanos mais fundamentais dos adolescentes. As diretrizes revistas devem apresentar conformidade absoluta com os padrões estipulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)."

Movimento avalia situação nacional dos Direitos Humanos

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), organização da sociedade civil que articula mais de 300 entidades de Direitos Humanos no Brasil, entregou, no dia 15 de maio de 2000, à Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Mary Robinson, um documento com apreciação da situação no país, com um balanço da violação estrutural e sistemática dos Direitos Humanos, a conformação política nacional e de segurança pública. Publicamos, a seguir, parte do documento:





"(...) A violação estrutural dos Direitos Humanos se caracteriza pela desobrigação crescente do Estado na garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais, manifesta pelo crescimento do desemprego (atinge 8% da População Economicamente Ativa, segundo dados oficiais e quase o dobro, segundo dados de organizações da sociedade civil); o descaso com a saúde, manifesto no retorno de doenças como tuberculose, dengue, entre outras, e o alto índice de mortalidade infantil e materna; a desobrigação com o atendimento à educação, já que, de 1995 a 1999, o governo federal reduziu em 9,1% seu gasto com a educação, refletindo-se na existência de cerca de 1,26 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola e índices de evasão e repetência que beiram os 40%. Além do que, o Brasil é um dos países onde a concentração da renda é maior, sendo que a renda dos 10% mais ricos corresponde a mais de 50 % da renda total, manifesta pelo fato de cerca de um terço da população (60 milhões) ser considerada pobre, dos quais cerca de 40 milhões estão abaixo da linha de pobreza. O ajuste estrutural, ditado pelos organismos multilaterais de financiamento, fez com que os últimos orçamentos do governo federal sejam destinados em cerca de 60% para o pagamento de juros e serviços da dívida externa, fazendo com que, em consequência, haja uma drástica redução da atenção às áreas sociais, havendo redução inclusive no investimento da Rede de Proteção Social, que atinge as populações mais carentes. A recente reforma previdenciária tende a deixar milhares de brasileiros sem acesso à aposentadoria, já que exige a comprovação de tempo de contribuição, de uma população que registra altos índices de economia informal.

A criação de um novo sistema de informações (chamado novo SNI – Serviço Nacional de Informações – bastante parecido ao que vigorou no recente período ditatorial e a violência contra os movimentos sociais: indígenas e sem-terra, de modo especial, por ocasião da 'festa' dos 500 anos, que foi notícia internacional, mostram que mesmo neste campo temos ainda muito que caminhar.(...)

A reformulação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) ainda tramita esquecida nas calendas do Congresso Nacional. A existência desses órgãos e do Programa, não significam, todavia, a existência de uma política efetiva de garantia e proteção dos Direitos Humanos, já que a Secretaria não tem qualquer força de ação junto aos demais órgãos do governo, de tal forma que os pontos estruturais das políticas públicas correm em paralelo à questão dos Direitos Humanos. O país não tem efetivamente um Sistema de Proteção dos Direitos Humanos. Outra mostra da dificuldade de implementar ações em Direitos Humanos é a existência de poucos recursos destinados orçamentariamente para este campo. Para programas específicos em Direitos Humanos (Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos e Programa de Gestão da Política de Direitos Humanos) o orçamento do ano 2000 registra, na proposta enviada ao Parlamento, a destinação de exatos 3 milhões e 768 mil reais, acrescida pelos parlamentares, resulta, antes de ser sancionada, numa previsão de 7 milhões, 714 mil e 999 reais, desse total somente 210 mil e 960 reais estão destinados à Gestão da Política de Direitos Humanos.

O crescimento da violência criminalizada é visível, especialmente nos grandes centros urbanos. O sistema de segurança pública, como reconhece o próprio governo, está completamente falido. O desaparecimento do setor é vergonhoso, sem contar com a ausência de uma estrutura de suporte capaz de medir e identificar com rapidez os focos principais da criminalidade, situação manifesta, de modo especial pela ausência de dados estatísticos sistematizados sobre a violência em geral e sobre a violência criminalizada em particular.(...) Propostas como a de implementação de uma Nova Polícia, apresentada por históricos militantes de Direitos Humanos e por dirigentes de governos estaduais está parada no Ministério da Justiça, sem que seja enviada ao Parlamento. Outra mostra da morosidade no setor é a formulação do novo Código Penal, vigente desde 1940, e que vem sendo reformulado há anos, sem que se dê andamento à sua efetiva modificação pelo Parlamento.(...)"

A dança das cadeiras

Rolim preside a CDH da Câmara dos Deputados

O ex-presidente da CCDH, deputado federal Marcos Rolim (PT/RS), assumiu em 2000 a presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados. O deputado federal gaúcho recebeu, em 1999, o

prêmio Unesco de Direitos Humanos, o primeiro conferido no país pela entidade, que integra a Organização das Nações Unidas (ONU). A premiação destaca pessoas e instituições que promovem ações de grande importância social nos setores da educação, cultura, meio ambiente e Direitos Humanos.

Brasileiro assume presidência da Comissão da OEA

O professor e ex-presidente da Comissão de Direito Humanos (CDH) da Câmara Federal, Hélio Bicudo, assumiu no dia 22 de fevereiro, em Washington, a presidência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA). A Comissão é responsável por receber denúncias de violações de Direitos Humanos, investigá-las e, se for o caso, encaminhá-las a julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na Costa Rica, também presidida por um brasileiro, Dr. Antônio Augusto Cançado Trindade.

Hélio Bicudo já era membro da Comissão desde 1998 e assume a presidência pouco mais de um ano depois de o governo brasileiro, pressionado por entidades defensoras de Direitos Humanos, ter reconhecido a jurisdição da Corte e se submetido às suas decisões. Em sua posse substituiu o norte-americano Robert Goldman e terá um período mínimo de um ano.

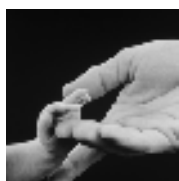
Hélio Bicudo é o terceiro brasileiro a assumir a presidência. O primeiro, Carlos de Abranches, foi presidente durante o regime militar de 1969 a 1970. A segunda foi a professora gaúcha Gilda Maciel Russomano, que esteve à frente da Comissão entre 1989 e 1990.

Brasil ganha Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

Após ter criado, em março de 1997, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos para exercer a coordenação política de proteção e promoção dos Direitos Humanos no país, o governo federal, em janeiro de 1999, transformou a pasta em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), permitindo o assento permanente nas reuniões ministeriais.

Conforme o relatório da SEDH para o Balanço Geral da União, um dos destaques da Secretaria é a sanção, no dia 13 de julho de 1999, da Lei nº 9.807, que estabelece regras gerais para a proteção de testemunhas e vítimas de crimes, na forma de programas especiais e também dispendo sobre a proteção que deve ser proporcionada aos indiciados, acusados ou condenados que queiram colaborar com a polícia ou com a Justiça.

O documento também destaca o projeto Serviço Civil Voluntário como o cumprimento de uma importante meta estabelecida no Programa Nacional de Direitos Humanos. O programa tem como objetivo engajar jovens de ambos os sexos, que completam 18 anos, como voluntários em ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos e da cidadania. Este trabalho é desenvolvido em conjunto com o Ministério do Trabalho, Secretarias de Estado do Trabalho e organizações não-governamentais. Em 1998, como experiência piloto, foram capacitados 4.400 pessoas no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Já em 1999, o Serviço Civil Voluntário foi ampliado para outros estados, abrangendo Rondônia, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, envolvendo um total de 6.500 jovens.





Sabóia assume Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

O ex-embaixador do Brasil na Suécia, Gilberto Verne Sabóia, assumiu, em maio de 2000, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Gilberto Sabóia é carioca, formou-se em Direito pela PUC do Rio de Janeiro em 1965 e, em 1966 graduou-se pelo Instituto Rio Branco. Sabóia chefiou a delegação do Brasil na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Comitê Executivo do Alto Comissariado para Refugiados. Presidiu também o Comitê de Redação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993.

Declaração dos Direitos Humanos completa 51 anos

Para lembrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Convenção Sobre os Direitos da Criança, a CCDH ocupou o espaço do Grande Expediente Especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, para fazer um alerta sobre a ausência de uma política de respeito aos Direitos Humanos no Brasil. "Temos uma Convenção que assinamos, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente e um Fundo Nacional dos Direitos da Criança. Este fundo tem, no orçamento federal para o ano 2000, uma dotação de zero reais. Enquanto isso, cresce a violência contra as crianças, a exploração e o abuso sexual", adverte o vice-presidente da CCDH, deputado padre Roque Graziotin (PT).

Corte de verbas do Programa de Proteção a Testemunhas

O governo federal cortou 66% da verba prevista no Orçamento da União, ano 2000, para o Programa de Proteção a Testemunhas, do Ministério da Justiça. Segundo o jornal Folha de São Paulo, 2/04/2000, com a redução, o Programa terá que sobreviver neste ano com 35% da verba que efetivamente foi aplicada em 1999, mesmo tendo a responsabilidade de proteger um público 39% maior. A previsão inicial de 3,468 milhões de reais passou para 1,175 milhão, e o número de pessoas protegidas passou de 120, em dezembro de 1999, para 167, em abril de 2000.

Premiações em Direitos Humanos

2ª edição do Prêmio Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro de 1999, no Solar dos Câmara, foram conhecidos os vencedores da 2ª edição do Prêmio Direitos Humanos, promovido em conjunto pela representação gaúcha da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), CCDH, Conselho Britânico e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Os vencedores receberam um diploma de gratificação e um troféu comemorativo aos 51 anos da Declaração dos Direitos Humanos. Os premiados foram selecionados por duas comissões, uma de indicação e outra de avaliação. O Conselho Britânico concedeu um prêmio extra para a categoria Divulgação dos Direitos Humanos. Os vencedores foram contemplados com uma visita a instituições na cidade de Manchester, na Inglaterra, voltadas para os Direitos Humanos.

Formação de consciência de cidadania: Instituição Comunitária de Crédito Portosol e Pastoral do Menor da CNBB - Regional Sul III;

Divulgação dos Direitos Humanos: Programa Jornal da Cidadania, da TV Educativa, e Programa Construção da Cidadania, da Rádio FM Cultura;

Defesa dos Direitos Humanos: Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero e Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP);

In memoriam: A médica Fani Job, fundadora do ambulatório de hematologia do Hospital de Clínicas, iniciadora da implantação do Centro de Transplante de Medula Óssea do HCPA, em 1989, e realizadora do primeiro transplante, em maio de 1993.

Prêmio Direitos Humanos

Jornalistas gaúchos receberam, no dia 10 de dezembro de 1999, o Prêmio Direitos Humanos, promovido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos. "As Cinzas do Condor", de Nilson Mariano, e "Seqüestro na Fronteira", de Luís Eduardo Amaral, dividiram o primeiro lugar na categoria reportagem em jornal. A série "As Cinzas do Condor" foi publicada entre 27 de junho a 1º de julho, desvendando a colaboração das polícias latino-americanas durante as ditaduras militares. As reportagens de Amaral, publicadas em outubro e novembro, relataram a prisão do brasileiro S. Y., de 19 anos, levado do Brasil para uma cela no Uruguai.

Na categoria foto, Ronaldo Bernardi ficou com o primeiro lugar com a foto "Cala a Boca" e também recebeu menção honrosa pela foto "Presídio Central, Depósito de Humanos". "Prisão em Flagrante", de Nauro Júnior, levou o segundo lugar. Júlio Cordeiro, com "Corredores", e Nauro Júnior, com "Promessa de Mudança", dividiram a terceira colocação. "Fome de Justiça", de Valdir Friolin, obteve menção honrosa.

Denúncias

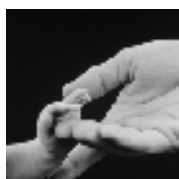
Violência contra jornalistas

Dois dias antes da comemoração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, comemorado no dia três de maio, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) entregou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados uma proposta que sugere a federalização de crimes praticados contra jornalistas. O projeto prevê que a investigação de todos os crimes praticados contra a imprensa sejam investigados pela Polícia Federal.

Somente em 1999, 71 jornalistas foram mortos no exercício da sua profissão, em todo o mundo. Ao mesmo tempo, 80 jornalistas estão presos em 18 países e em pelo menos 103 nações existe algum tipo de restrição à imprensa completamente livre.

Corte quer cancelar absolvição de policiais

O julgamento que absolveu três oficiais da Política Militar, envolvidos na morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, foi analisado pelo juiz holandês, Hans van Aglen, designado como observador pela Corte Interamericana



de Justiça da Organização dos Estados Americanos (OEA). O juiz esteve no Brasil em janeiro de 2000 e disse que vai pedir, em seu relatório, o cancelamento do julgamento.



ONU investiga tortura no Brasil

A chefe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, informou, em maio de 2000, que a Organização das Nações Unidas (ONU) irá fazer uma investigação sobre a questão da tortura no Brasil. A equipe que esteve no país ainda não formulou seu relatório, mas já manifesta preocupação com as eventuais violações de direitos de agricultores sem-terra, negros, índios, mulheres e crianças. Em sua participação na reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana, em maio, a chefe do Alto Comissariado afirmou que "os mecanismos temáticos da Comissão de Direitos Humanos chamaram a atenção para exemplos de execuções extrajudiciais, torturas e ataques à independência de juizes e advogados. Além disso, têm havido duras críticas às condições das Febens."

"Violência policial 2000: debates errados, medidas tímidas

James Louis Cavallaro⁵

Em 12 de junho deste ano, o país inteiro assistiu o drama do ônibus 174, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro. Esse incidente ilustra não só a crescente violência nos centros urbanos, mas também a má atuação da polícia e a manipulação do debate público. Sandro do Nascimento, sobrevivente da chacina em que oito jovens moradores de rua foram assassinados na praça da Candelária, no Rio de Janeiro, tentou assaltar um ônibus que foi cercado e acabou tomando os passageiros de reféns. O país assistiu as cenas de horror - o rapaz enlouquecido apontando a arma para as cabeças das reféns, principalmente Geísa. Também assistiu ao desfecho do incidente quando um policial partiu para cima de Sandro atirando, e, ao em vez de acertá-lo, feriu Geísa com um tiro de raspão. Essa atitude levou Sandro a atirar três vezes, matando a refém. Antes que as câmaras televisivas desgrudassem da cena, todos ainda assistimos quando os policiais forçaram Sandro a entrar vivo num camburão. Soube-se, no dia seguinte, pelo laudo feito no corpo de Sandro, que os policiais o estrangularam no caminho até o Hospital Souza Aguiar (que não é, curiosamente, o hospital público mais próximo ao Jardim Botânico, contrariando os procedimentos regulares de encaminhamento ao hospital público mais próximo).

O caso, como podia ser antecipado, provocou um grande debate; primeiro sobre o que foi feito de errado, e depois sobre questões relacionadas com o incidente em si. Analisando o ocorrido de forma mais cuidadosa, observam-se quatro grandes assuntos a serem tratados. Primeiro, a questão do incidente - um assalto a um ônibus - um delito comum no Rio de Janeiro e que mostra a falta de segurança generalizada sentida pela população, particularmente aquela mais humilde e de classe média que faz uso de transporte público. Segundo, a falta de preparo e de técnica da polícia que não conseguiu negociar nem resolver com força a situação, provocando diretamente a morte da única refém no poder do assaltante na hora final. Terceiro, a questão da brutalidade policial e a certeza de impunidade, demonstrada pelo assassinato a sangue frio do assaltante por policiais que imaginavam (com razão?) que nada lhes seria feito. E quarto, a situação de abandono quase que absoluto por parte das autoridades para com os adolescentes que moram e trabalham na rua e especificamente aqueles que sobreviveram à chacina da Candelária.

Com base nesses quatro eixos, teria sido esperado um debate público sobre: 1) formas de controlar a violência urbana; 2) a necessidade de profissionalizar a polícia; 3) medidas para combater a brutalidade policial e a impunidade que a perpetua; e, 4)

⁵ Diretor do Centro de Justiça Global/Global Justice Center (Av. N.S. Copacabana, 540/407 - Rio de Janeiro - Cep 22.020.000 - RJ - (www.global.org.br) Tel: 55-21-547-7391/Fax: 55-21-549-3599.

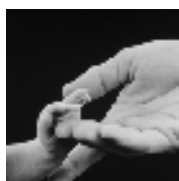
formas de lidar com a exclusão social e, especificamente, a situação daqueles que moram ou trabalham nas ruas. De fato, em alguma medida, cada um desses quatro eixos foi tocado, principalmente nos primeiros dias após o incidente. Mas, com o tempo, o debate se estruturou com contornos bem diferentes dos eixos acima citados. As reivindicações foram priorizadas conforme a agenda dos formadores de opinião. Em primeiro (e quase exclusivo) lugar, tinha a preocupação com a violência, principalmente aquela que acontece na zona sul do Rio. (Cabe lembrar que assalto a ônibus no Rio é tão comum quanto dia de sol, só que, na esmagadora maioria dos casos, não acontece no Jardim Botânico e muito menos frente às câmeras da Rede Globo). Houve também cobertura do inquérito contra os cinco policiais envolvidos no homicídio, porém, com tratamento de caso quase que isolado, coisa que seguramente, não foi. Ressaltando que o ISER e a Human Rights Watch, entre outras ONGs, vêm há anos demonstrando o uso aberrante da força letal por policiais, assim como a técnica de levar o corpo da vítima, já morta, ao hospital para receber primeiros socorros (e, mais importante, para garantir que não haja perícia no local).

Dentro de uma semana saiu a resposta do governo federal - o Plano Nacional de Segurança Pública - cujo enfoque foi quase que exclusivamente a segurança. Iluminação, controle de armas (medida que não conseguiu passar pelo Judiciário), aumentos orçamentários e outras que operam dentro do sistema atual sem enfocar a reforma das polícias.

A culminação dos debates públicos foi a grande passeata 'Basta, Eu Quero Paz' organizada no Rio e reproduzida com enfoques variados em várias capitais. 'Basta' contava com o apoio não só de alguns setores da sociedade civil, mas, também de todos os meios de comunicação, do jornal de bairro à Rede Globo. Não deve surpreender, portanto, a natureza despoliticizada da passeata. Em vez de uma série de reivindicações na área de segurança, haveria uma grande ação participativa. Todo mundo vestiria branco e levaria uma vela até uma praça pública para denunciar a violência. Não haveria inimigos nem responsáveis, pois todos nós nos opomos à violência. (Como Arnaldo Jabor comentou na mesma noite do evento, só faltava explicar para quem a multidão estaria gritando 'Basta' - para os criminosos? para os céus?). Perdeu-se nesse processo a oportunidade de provocar um debate - e, esperava-se, medidas - relacionados com a incompetência e brutalidade da polícia e as causas mais profundas da criminalidade urbana no Rio e no Brasil.

Deve ser lembrado que essa não é a primeira vez em que um incidente de incompetência e/ou brutalidade policial provoca um grande debate nacional sobre a violência. O exemplo mais chocante de brutalidade policial em recentes anos foi aquele na Favela Naval, em Diadema, São Paulo, em março de 1997. Após a veiculação das escandalosas imagens de PMs extorquindo, espancando, torturando e até matando, houve, sim, um debate nacional sobre a reforma da polícia. Dentro de uma semana, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.455/97 tipificando o crime de tortura. Criaram-se comissões de alto nível, e debateu-se a unificação das polícias, a eliminação da competência da Justiça Militar, e o aumento da competência federal em casos de violações dos Direitos Humanos. Foram criadas ouvidorias de polícia em Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e muitas outras medidas para lidar com a brutalidade policial. Após a aprovação da lei tipificando a tortura (lei que, passados três anos de sua aprovação, não tem sido aplicada com êxito, havendo uma única condenação em todo o território nacional), as reformas, em grande medida, pararam. E, lembra-se ainda, que na esmagadora maioria dos estados, não foram implantadas ouvidorias. Não deve surpreender, portanto, que até nos estados onde atuam esses órgãos de fiscalização, a violência policial não tem diminuído. Em São Paulo, por exemplo, o número de civis mortos pela polícia pulou de 525, em 1998, para 664 em 1999. Esse ano, nos primeiros seis meses, a polícia paulista matou 489 civis, aumento de 77,2 % sobre as cifras do ano anterior. A experiência em São Paulo trata-se de uma tentativa de reforma sem vontade política de ir até o fim.

Rio é outro bom caso do fracasso do processo de reforma. Após quase quinze meses na cúpula da segurança pública, Luiz Eduardo Soares foi demitido, em março, por ter promovido um debate sobre e, mais perigoso ainda, um processo de reforma dentro da polícia fluminense. Após vários conflitos entre Luiz Eduardo e a velha guarda da polícia no Rio, Soares foi demitido para a alegria dos policiais corruptos e truculentos. O governador Anthony Garotinho insistiu que Luiz Eduardo tinha sido demitido pelo papel dele no acordo entre João Moreira Salles e Marcinho VP, traficante do Morro Dona Marta, através do qual o cineasta pagava uma mensalidade para Marcinho escrever sobre sua vida no tráfico, da qual estaria tentando escapar. Manteve-se na Secretaria o inocente do Josias



Quintal, ex-funcionário do DOI-Codi (que nada sabia das torturas e outros abusos que aconteciam lá) e Rafik Louzada (cuja nomeação a chefia da polícia civil oposta por Luiz Eduardo, levou à crise que culminou na demissão deste último).

Nada disso, porém, foi debatido após o incidente no Jardim Botânico. Teria sido tão desagradável entrar nessas questões politizadas, nesses debates sobre a corrupção e a brutalidade. Com certeza, teria estragado a festa das velinhas e da roupa branca. "



Agenda nacional

